

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO POLÍTICA PÚBLICA

Luiz Gustavo Bizerra de Lima Morais

Universidade Estadual da Paraíba - UEPB

E-mail: luizgustavogeo@hotmail.com

RESUMO

A Educação Ambiental é uma das temáticas-chave no contexto atual da educação, tendo a escola como lugar privilegiado para sua discussão. Nesse sentido, o desenvolvimento de políticas públicas de Educação Ambiental vem assumindo um papel de destaque ao promover discussões e implementar ações no contexto escolar como apontam Brasil (2004, 2007a, 2007b, 2008 e 2012) e Garcia (2010). Assim, este trabalho objetivou discutir a importância das políticas públicas desenvolvidas pelo Órgão Gestor de Educação Ambiental para a transformação da escola em um espaço educador sustentável e apresentar algumas das principais dimensões pedagógicas contempladas pelas mesmas. O trabalho consiste numa pesquisa bibliográfica, realizada a partir de referenciais teóricos que tratam sobre a Educação Ambiental e as políticas públicas de Educação Ambiental no Brasil. A partir das leituras, fichamentos e anotações, o material foi analisado e interpretado a luz do método de análise de conteúdo. Pode-se perceber que políticas como a "Conferência Nacional Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente" e o programa "Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas" constituem importantes fatores de promoção de uma educação comprometida com os aspectos socioambientais, valorizando a qualidade de vida, o respeito mútuo e a inclusão social, fatores importantes para a formação discente e humana. Cabe a sociedade como um todo, especialmente os profissionais da educação, o engajamento necessário para que ações como as desenvolvidas no âmbito das políticas públicas de Educação Ambiental do Órgão Gestor de Educação Ambiental se efetivem, haja vista a importância que apresentam no contexto atual.

Palavras-chaves: Espaço educador sustentável; Qualidade de vida; Inclusão social.

ABSTRACT

Environmental education is one of the key themes in the current context of education, and the school is a privileged place for its discussion. In this respect, the development of public policies of environmental education has been playing an outstanding role by promoting discussions and implementing actions in the school context, as Brasil (2004, 2007a, 2007b, 2008, 2012) and Garcia (2010) point out. Hence, this study's aim is to discuss the importance of public policies developed by the Agency Manager of Environmental Education to transform the school into a sustainable educational place and to present some of main pedagogic dimensions contemplated thereby. The work

consists of a bibliographic survey, carried out from theoretical frameworks that deal with environmental education and its public policies in Brazil. From the readings and annotations, the material was analyzed and interpreted in the light of the content analysis method. It is perceivable that policies like "Conferência Nacional Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente" and the program "Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas" constitute important factors for the promotion of an education compromised with social and environmental aspects valuing quality of life, mutual respect and social inclusion, which are important factors for student and human formation. It is up to society as a whole, particularly education professionals, the necessary engagement so that actions like the ones developed in the scope of public policies of environmental education of Agency Manager of Environmental Education to take effect, given their importance in the current context.

Keywords: Sustainable educational space; Quality of life; Social inclusion.

INTRODUÇÃO

A Educação Ambiental tem sido uma das temáticas mais frequentemente propaladas no meio escolar nas últimas décadas. Os desafios ambientais que a sociedade a nível mundial vem enfrentando colocou a escola como lugar privilegiado para o debate e formulação de novas concepções e práticas, visando a mudança tanto dos hábitos, quanto de atitudes que reproduzam os modelos atuais de relação entre ser humano e a natureza e entre os próprios seres humanos. Fator este que levou Gadotti (2002, p. 38) a enfatizar a necessidade de uma "Pedagogia da Terra", "uma pedagogia apropriada para esse momento de reconstrução paradigmática, apropriada à cultura da sustentabilidade e da paz".

Neste sentido, há de se concordar com Oliveira (2007, p. 01), quando a mesma destaca que a Educação Ambiental, constitui um dos caminhos possíveis para se chegar à mudança de hábitos visando à diminuição da degradação e a promoção da melhoria da qualidade de vida.

Tem-se em vista que, o desenvolvimento de políticas públicas governamentais no âmbito do governo federal tem sido um fator positivo neste cenário, possibilitando que discussões acerca de temas socioambientais importantes sejam promovidas no contexto escolar em todo o país, mesmo diante de um quadro desfavorável existente na formação docente, como aponta Almeida (2011, p. 24) ao enfatizar que a maioria dos cursos de licenciatura ainda não proporcionam a contento discussões entorno da Educação Ambiental.

Nas últimas décadas, foram desenvolvidos diversos mecanismos institucionais que contribuíram para que a Educação Ambiental fosse inserida no cotidiano do ensino no Brasil. Sendo um deles a Constituição brasileira, que trata no artigo 225 do direito de todos "ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo, e preservá-lo, para o bem das atuais e futuras gerações", cabendo ao poder público estabelecer a "educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente" (BRASIL, 1988).

Outro instrumento imprescindível foi a aprovação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), no qual temas como meio ambiente, ética, pluralidade cultural, orientação sexual, trabalho e consumo passaram a ter especial abordagem do ponto de vista da importância social que os mesmos apresentam.

Assim, no que diz respeito ao enfoque ambiental no contexto escolar, o mesmo vêm ganhando perspectivas abrangentes, devendo perpassar "todas as disciplinas, pois a sua compreensão envolve a leitura de vários outros aspectos da sociedade como políticos, históricos, ecológicos etc." (PEREIRA E CANO, 2012, P. 61).

Os diversos avanços alcançados contribuíram para que em 1999 fosse instituída, a partir da Lei 9.795/99, em conformidade com a LDB, a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). Segundo a qual, ressalta a necessidade de capacitação dos docentes para incluir em sua prática de ensino a Educação Ambiental e, ainda, reforçando os dispostos nos artigos 205 e 225 da Constituição brasileira no que diz respeito a incorporar a dimensão ambiental em todos os níveis de ensino no país, conforme estabelecido no Artigo 3º da PNEA.

Em 2002, através do Decreto nº 4.281, foram definidas a composição e as competências do Órgão Gestor de Educação Ambiental, e, com isso, as bases para a sua execução, constituindo um importante fator na realização das "ações em Educação Ambiental no âmbito do governo federal, tendo como primeira tarefa a assinatura de um Termo de Cooperação Técnica para a realização conjunta da Conferência Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente" (BRASIL, 2007b, p. 15) que, em sua primeira edição ocorrida em 2003 na cidade de Brasília, teria a participação de 16 mil escolas e aproximadamente 6 milhões de estudantes.

Através do Programa “Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas” lançado em 2004, novas ações foram implementadas, havendo na atualidade proposições de se construir um processo permanente de Educação Ambiental nas escolas públicas do país (GARCIA, 2010, p.49).

Conhecer estas políticas, bem como as dimensões contempladas pelas mesmas, esforço contido neste trabalho se torna imprescindível não só aos profissionais da educação básica, haja vista a carência existente na formação, como também a toda uma comunidade científica cuja responsabilidade de formar agentes transformadores da realidade educacional desde país é posto como desafio contínuo. Concomitantemente, estas ações precisam ser divulgadas e discutidas haja vista carecer de aprimoramentos e maior alcance, pois alguns estudos (Garcia (2010) e Brasil (2007a)) já apontaram que, apesar de possuírem grande dimensão socioambiental, a falta de continuidade é uma das grandes barreiras a serem rompidas.

Desse modo, este trabalho se propõe, a partir de um breve ensaio teórico, discutir a importância das políticas públicas desenvolvidas pelo Órgão Gestor de Educação Ambiental para a transformação da escola em um espaço educador sustentável, bem como, apresentar algumas das principais dimensões pedagógicas contempladas pelas mesmas.

METODOLOGIA

O trabalho ora proposto trata-se de uma pesquisa de cunho explicativo, que toma como pressuposto metodológico a pesquisa bibliográfica, tendo em vista que o mesmo constituiu a estratégia que melhor respondeu aos objetivos aqui delineados, podendo ser definida como "o ato de procurar, recolher, analisar, interpretar e julgar as contribuições teóricas já existentes sobre um certo assunto" (LUDWIG,2012, P. 51).

Este tipo de pesquisa coloca o pesquisador em contato direto com tudo o que foi dito ou escrito sobre determinado assunto. Tal fato, no entanto, não significa dizer que se fez mera repetição do que já foi produzido, pois, "propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras" (LAKATOS E MARCONI, 2003, P.183).

Para o desenvolvimento da pesquisa foram realizadas consultas em referenciais teóricos dispostos em meios digitais e impressos que tratam sobre a Educação Ambiental e as políticas públicas de Educação Ambiental no Brasil, sobretudo, documentos produzidos e publicados pelo Órgão Gestor acerca das ações e programas desenvolvidos no âmbito do mesmo para desenvolvimento da Educação Ambiental no meio escolar. A escolha desses materiais tomou como pressuposto, o fato de que os mesmos constituem na atualidade os mais importantes referenciais, acerca da temática tratada, apresentando subsídios confiáveis a discussão aqui delineada.

Como instrumento de coleta de dados, esta pesquisa tomou como pressuposto a abordagem contida em Santos (2000, p.77), segundo o qual expõe que "a pesquisa bibliográfica tem como instrumento essencial a habilidade da leitura". Para realização das leituras dispostas nos referenciais pesquisados, todavia, foi necessário fazer uso de técnicas como fichamentos e anotações.

Para análise e interpretação dos dados obtidos, os mesmos foram tratados sobre a luz do método de análise de conteúdo, segundo o qual "permite a descrição sistemática, objetiva e quantitativa do conteúdo da comunicação" (LAKATOS E MARCONI, 2003, P. 223). Para tanto, a análise baseou-se nas três etapas básicas desse método: a pré-análise, a descrição analítica e a interpretação referencial (TRIVIÑOS, 1987, p. 162).

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os caminhos trilhados pela perspectiva de abordagem metodológica aqui suscitada conduziram para que se fosse realizada uma análise acerca das duas principais políticas públicas de Educação Ambiental em execução no país, nas quais estão explícitas a ideia de tornar os espaços escolares em espaços permanentes de discussão dos aspectos socioambientais. São estas: a Conferência Nacional Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente e o programa Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas.

Tais políticas encontram-se vinculadas a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) do Ministério da Educação que desempenha importante papel no desenvolvimento da Educação Ambiental nas escolas brasileiras ao articular e implementar programas e projetos que concernem à Educação Ambiental.

No que diz respeito à Conferência Nacional Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente (CNIJMA) é enfatizado que esta se destaca por ser:

uma campanha pedagógica que traz a dimensão política do meio ambiente, caracterizada pela mobilização e engajamento dos adolescentes e da comunidade escolar em debates sobre temas socioambientais contemporâneos. Essa ação promove o reconhecimento de responsabilidades coletivas, fornecendo subsídios para políticas públicas de educação ambiental (BRASIL, 2007a, p. 09).

Realizada a cada dois anos, a CNIJMA, envolve diversos personagens da sociedade, especialmente discentes e docentes, para promover uma ampla discussão em todo o país a respeito de temáticas socioambientais contemporâneas importantes. A participação das comunidades escolares de todo o Brasil é assegurada através das Conferências de Meio Ambiente Escolar, fortemente divulgada entre as escolas pelo Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, formado pela Diretoria de Educação Ambiental (DEA) do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e pela Coordenação- Geral de Educação Ambiental (CGEA) do Ministério da Educação (MEC), tendo ainda a participação das secretarias estaduais de educação.

O público alvo da política é, sobretudo, os alunos dos anos finais do ensino fundamental (6º a 9º anos), estes estão incumbidos de realizarem grande parte das discussões dos temas propostos, assumindo ainda, segundo Brasil (2007a, p. 9) as "responsabilidades na proporção de seu acesso à informação e ao poder", bem como de "ações para implementar suas idéias (sic)". Entre estes, são escolhidos os representantes (delegados entre 11 e 14 anos) para participarem das etapas estadual e nacional da Conferência, caso a escola a qual o aluno esteja matriculado tenha desenvolvido o seu Projeto de Ação, realizado durante a Conferência de Meio Ambiente Escolar, selecionado pela comissão formada pela secretaria estadual a qual a escola pertence.

Assim, antes da realização de sua etapa nacional, as conferências são realizadas primeiramente nas escolas, abrindo espaço para o diálogo entre os atores envolvidos diretamente no processo de ensino aprendizagem, conforme destaca Brasil (2007a, p. 10), este momento:

transforma a escola num espaço de debate político e de construção de conhecimento coletivo, em que a opinião dos jovens é respeitada e

valorizada. A sua simplicidade desperta e fortalece a participação da comunidade no debate de temáticas urgentes, usualmente restritas aos centros de pesquisa ou de formulação de políticas públicas. Este mesmo formato pode ser utilizado para deliberações coletivas nos mais diversos assuntos, potencializando o papel da escola como palco de debates políticos envolvendo a comunidade, valorizando cada vez mais o protagonismo dos adolescentes e jovens.

É esta perspectiva adotada que transforma a CNIJMA em um instrumento de inclusão social, não apenas por unir diferentes pessoas envolvidas na construção do conhecimento, mas por suscitar o diálogo acerca de temáticas como acessibilidade do espaço físico e questões que afetam "crianças e adolescentes que fazem parte de grupos socialmente discriminados pela sua aparência, comportamento, origens culturais ou etnorraciais" (BRASIL, 2012, p. 20), além das demais deliberações acerca das problemáticas ambientais existentes na comunidade escolar, como: resíduos sólidos, áreas de risco, uso irracional dos recursos ambientais, entre outras.

Outra dimensão importante incorporada é a de que, a partir das temáticas propostas para as Conferências, todos os Componentes Curriculares existentes na escola possam promover sua discussão com os discentes. Segundo Brasil (2012, p. 19) isto se faz tendo em vista "buscar as conexões necessárias e estabelecer as formas de relacionar as disciplinas entre si. Afinal, a educação ambiental é, por excelência, inclusiva e perpassa todas as disciplinas". Isto denota que as estratégias metodológicas utilizadas tornam-se passíveis de serem incorporadas pelo docente para subsidiar suas discussões, trazendo, assim, a Educação Ambiental para o contexto de sala de aula.

O programa Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas, por sua vez,

se propõe a construir um processo permanente de Educação Ambiental na escola, por meio de instâncias presenciais, a distância (internet) e difusas. As ações envolvem Secretarias de Educação estaduais e municipais, professores, alunos, comunidade escolar, sociedade civil e universidades (BRASIL, 2007b, p. 33).

Entre suas ações estruturantes principais, o programa contempla a participação de estudantes, professores, funcionários, diretores e comunidade em Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola - Com-Vida. Esta organização escolar traduz

bem os anseios de um processo permanente de Educação Ambiental nas escolas, tornando-as, de acordo com os documentos oficiais, um ambiente democrático de fato.

Sua proposição se deu pelos alunos que participaram da I Conferência Nacional Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente, carentes de proposições efetivas de trabalho com a Educação Ambiental, sendo uma organização escolar que tem o papel de "contribuir para um dia-a-dia participativo, democrático, animado e saudável na escola, promovendo o intercâmbio entre a escola e a comunidade", somando-se forças as demais organizações existentes como "o Grêmio Estudantil, a Associação de Pais e Mestres e o Conselho da Escola, trazendo a Educação Ambiental para todas as disciplinas" (Brasil, 2004, p. 9). Sendo "idealizada para permitir que o coletivo tenha condições de dialogar, examinar as diferentes visões e tomar decisões sobre temas pertinentes à sustentabilidade socioambiental" (BRASIL, 2012, P. 32).

Dentro das ações estruturantes de criação das Com-Vidas nas escolas, promovidas pelo programa, encontra-se a elaboração da Agenda 21 escolar, como aponta BRASIL (2007b). Tal mecanismo busca, a partir da sugestão de realização da Oficina de Futuro, metodologia desenvolvida pela ONG Instituto Ecoar para a Cidadania, o envolvimento de toda a comunidade escolar para encontrar alternativas de construção de um espaço educador sustentável, discutindo problemas e anseios da comunidade escolar e, assim, elaborar um plano de ação para ser executado pela coletividade.

Percebe-se que tal mecanismo, além de apresentar relevantes instrumentos para aproximar escola e comunidade, contribui para que se formem parcerias importantes em ações pedagógicas, bem como, definindo-se metas e responsabilidades para com o projeto de transformação da realidade socioambiental.

Tem-se em vista que a criação desses espaços é extremamente importante para que se tenha uma ação mais efetiva no que diz respeito ao tratamento das questões socioambientais existentes nas comunidades escolares. Contudo, o grande desafio que se coloca diz respeito a sensibilização de um número maior de pessoas que estejam verdadeiramente engajadas em sua criação e na promoção de ações que visam a melhoria das condições ambientais, da qualidade de vida nas escolas e de seu entorno.

Desse modo que as perspectivas suscitadas por estas políticas vislumbram a possibilidade de transformação da escola em um espaço educador sustentável de fato, ou seja, que a partir de ações educativas continuadas que sejam "capazes de sensibilizar o indivíduo e a coletividade para a construção de conhecimentos, valores, habilidades, atitudes e competências voltadas para a construção de uma sociedade de direitos, ambientalmente justa e sustentável" (BRASIL, 2012, p. 10).

CONCLUSÃO

A partir das discussões acerca das políticas públicas voltadas a Educação Ambiental aqui apresentadas, buscou-se conhecer e apontar diretrizes que podem subsidiar docentes e demais profissionais da educação para ações estruturantes em Educação Ambiental que podem ser implementadas no contexto escolar com vistas a promover o diálogo e ações práticas no âmbito de uma das temáticas que ainda se constitui como desafiadora à profissionais da área de educação.

Pode-se perceber que a dimensão que está ao alcance dessas políticas públicas constitui importante fator de promoção de uma educação comprometida com os aspectos socioambientais, a qual valoriza, entre outros, o meio ambiente, a qualidade de vida, o respeito mútuo e a inclusão social, tão importantes para a formação discente e humana.

A escola enquanto espaço educador sustentável prescinde de ações continuadas que demarquem valores e práticas políticas comprometidos com a qualidade de vida das pessoas e de seu meio ambiente. Sua efetivação depende dos atores sociais imediatamente ligados a mesma, mas, é imprescindível a contribuição de ações estruturantes como as que aqui foram discutidas, cabe a sociedade como um todo, especialmente os profissionais da educação, subsidiar este projeto, que apesar de trabalhoso torna-se extremamente necessário, urgente e gratificante.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. S. V. **A inclusão da Educação Ambiental nas escolas públicas do estado de Goiás: o caso dos praecs.** 2011. 124 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

BRASIL. **Comissão de meio ambiente e qualidade de vida na escola – Com-Vida.**

Ministério do Meio Ambiente. Ministério da Educação. (Documentos técnicos, 10).

1.ed. Brasília, 2007a, 30p.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.**

Brasília, DF: Senado, 1988, 292p.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e

Diversidade. **Educação Ambiental: aprendizes de sustentabilidade.** Brasília, 2007b,

109p.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e

Diversidade. **Formando - Com-Vida Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de**

Vida na Escola: construindo Agenda 21 na escola. Brasília, 2004, 42p.

BRASIL. Política Nacional de Educação Ambiental. Lei nº 9.795 de 27 de abril de

1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização,

Diversidade e Inclusão. **Vamos cuidar do Brasil com escolas sustentáveis: educando-**

nos para pensar e agir em tempos de mudanças socioambientais globais. Brasília, 2012,

49p.

GADOTTI, M. **A Carta da Terra na educação.** São Paulo: Editora e Livraria Instituto

Paulo Freire, 2010.

GARCIA, Á. da S. **Comissões de Meio Ambiente e qualidade de vida na escola: os**

desafios da educação ambiental como política pública. 2010. 176 f. Dissertação

(Mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2010.

LAKATOS, E.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica.** 5.ed.

São Paulo: Atlas, 2003.

LUDWIG, A. C. W. **Fundamentos e práticas de metodologia científica.** 2.ed.

Petrópolis: Vozes, 2012.

OLIVEIRA, T. V. dos S. de. A educação ambiental e cidadania: a transversalidade da

questão. **Revista Iberoamericana de Educación**, n.42/4, p. 01-09, Abr. 2007.

PEREIRA, R. da S.; CANO, M. R. de O (Coord.). **Geografia.** São Paulo: Blucher,

2012. (Coleção a reflexão e a prática no ensino, 7).

SANTOS, A. R. dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento.** 3.ed. Rio

de Janeiro: DP & editora, 2000.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa**

em educação. São Paulo: Atlas, 1987.